

## *Memória e Identidade Nacional*

### *As Comemorações Públicas, As Grandes Exposições e o Processo de (re)construção da Nação.*

*José Carlos Almeida*

*Instituto Piaget*

#### **Abstract**

Desde 1974, com o seu *regresso a casa* e à Europa, depois do fim dum projecto nacional *expansionista* de cinco séculos, Portugal tem atravessado importantes mudanças estruturais que têm transformado a velha sociedade tradicional e fechada numa sociedade pós-colonial moderna e mais aberta. Este *paper* explora o modo como a ideia de nação tem sido, em Portugal, (re)construída em períodos particulares de celebração da sua história e através da conseqüente mobilização de séries de imagens, histórias e símbolos. Seguindo uma abordagem *eticista-simbólica* (Fenton, 2003; Hutchinson, 1994; Jenkins, 1995; May, 2001; Parekh, 1995; Smith, 1991), argumenta-se que as nações, apesar de poderem desenvolver novas tendências, medos e mitos, abandonar velhos, mudar o seu equilíbrio interno, são formas de organização colectiva

baseadas nalgum tipo de continuidade histórica e numa experiência histórica comum. Daqui que organizar eventos públicos de celebração da história nacional tenha sido parte fundamental das agendas políticas das últimas duas décadas do século XX<sup>1</sup>.

Dois grande processos de comemoração pública são analisados. Comparando essas duas ocasiões, é possível verificar como o Estado português usou tais recursos em dois contextos diferentes. É também possível identificar as mudanças e as permanências nos modos de conceber a identidade nacional e como, apesar das diferenças de contextos, alguns dos temas e dos símbolos mobilizados são muito semelhantes. A primeira destas ocasiões é a celebração do duplo centenário e da organização da Exposição do Mundo Português de 1940, que materializou a imagem do Portugal rural, cristão, espiritual, multicontinental e multirracial que Salazar e o regime do Estado Novo promoveram. A outra ocasião é a celebração do quinto centenário dos *descobrimientos* portugueses e a organização da Expo'98, que, apesar de celebrar a mesma história nacional, foi organizada em circunstâncias e por razões bastante diferentes – celebrar o novo Portugal, moderno, capitalista, aberto e europeu

### **A Celebração da História e a Re(construção) da Nação**

A história foi e é o recurso central para os nacionalistas e para quem quer que fale em nome da nação e, por isso, a narrativa da nação, envolve por vezes um processo de esquecimento activo e outras vezes um processo de recordação activo. A história, longe de ser um peso morto, é, sim, o meio através da qual a identidade é moldada num

---

<sup>1</sup> Este ciclo teve, de alguma forma, uma certa continuidade com a organização do Campeonato Europeu de Futebol. Se bem que o objecto deste paper não sejam propriamente este tipo de eventos, é interessante notar que os bons resultados no Europeu de Futebol provocaram uma onda de euforia que originou uma modificação na relação dos portugueses com os símbolos nacionais, nomeadamente a bandeira. Já antes, no seguimento dos bons resultados no Campeonato Europeu de Futebol de 2000, o Presidente português tinha dado ênfase à importância de tal sucesso na união de todos os portugueses, vivendo no estrangeiro ou no país, referindo-se ao momento como «um momento de grande unidade nacional». Mas efeitos em sentido contrário tiveram os maus resultados no mundial de futebol seguinte. A manipulação, pelo Estado, do desporto para fins associados com a identidade nacional coloca poucos problemas. Mas a sua maleabilidade torna-o uma fonte cultural altamente instável. O simbolismo do desporto é bastante poderoso e pode ser explorado pelos governos na gestão da identidade colectiva. Mas «sustentar esse efeito para que o simbolismo se torne enraizado (duma forma não ambígua) na mitologia pessoal do povo é algo bastante raro» (Houlihan, 1997: 135). O mau resultado do jogo inaugural Portugal–Grécia do Euro'2004 e as consequentes reacções também ilustram este tipo de volatilidade. Para mais sobre a reprodução da nação nos jornais desportivos ver Coelho (2001).

processo activo e constante (McCrome, 1998). Contrapondo com uma visão *primordialista* e *essencialista* de muitos projectos nacionalistas, o trabalho de Gellner (1983) influenciou o desenvolvimento de uma abordagem *modernista* e *construtivista* da nação (Anderson 1991; Bruner, 2002; Gellner, 1983; Greenfeld, 1992; Hobsbawm, 1983). Mas a identidade nacional e a sua questão básica «quem somos nós?» implicam continuidade histórica e a diferenciação que vem da consciência de formar uma comunidade com uma cultura comum, num território geográfico. Memória e identidade aparecem assim como noções relacionadas, dado que «um sentido de semelhança ao longo do tempo e espaço, é suportada pela memória; e o que é lembrado, é definido pela identidade assumida» (Gillis, 1994: 3). As nações, apesar de poderem desenvolver novas tendências, medos e mitos, abandonar velhos, mudar o seu equilíbrio interno, são formas de organização colectiva baseadas nalgum tipo de continuidade histórica e numa experiência histórica comum (Fenton, 2003; Hutchinson, 1994; Jenkins, 1995; May, 2001; Parekh, 1995; Smith, 1991).

O Estado Novo ao mobilizar a história nacional no processo de (re)imaginação da nação, fê-lo com o intuito de fabricação sistemática de uma *Lusitanidade exemplar*, cobrindo o presente e um passado escolhido. Na visão de Renan «esquecer, eu iria mesmo mais longe e dizer erro histórico, é um factor crucial na criação de uma nação» (1990: 11). Como veremos à frente, o Portugal de Salazar vivia numa *disneylândia* política, na qual as comemorações representavam importantes instrumentos de propaganda, «banquetes publicidade (...) destinados a influenciar as mais delicadas consciência da democracia ocidental» (Lourenço, 1978: 147). A Exposição do Mundo Português, em 1940, foi o epítome de tais banquetes representando uma operação de encenação ideológica e, especialmente, uma mostra iconográfica onde os grandes temas da mitologia salazarista são exaltados e esteticamente emblematizados, constituindo o mais significativo evento cultural do processo de construção ideológica do Estado Novo (Fagundes, 1996: 383-384).

A recente agenda de celebrações tem sido levada a cabo no contexto dum profundo processo de mudança social. Neste processo parece ser útil a mobilização de uma história gloriosa, uma *era de ouro* de santos e heróis que, como todas as eras de ouro de todas as nações «dá significado à sua promessa de restauração e dignidade. Portanto, quanto mais rica e cheia for essa etno-história, mais convincente se torna a sua

reivindicação e mais fundo pode tocar nos corações dos membros da nação» (Smith, 1991: 161).

Muita da história portuguesa, como a dos outros países, é, na realidade, constituída por mitos históricos, muitos dos quais são antigas *invenções*. Mas é a continuidade histórica, real e aparente, que confere à *Lusitanidade* poder emocional (Daehnhardt, 1994). Como Renan escreveu, por vezes, momentos de sofrimento comum unem mais do que momentos de triunfo. Mas, geralmente, o que é celebrado é o *nosso* incomparável passado: «podemos ser modestos acerca do que *somos* mas, raramente, acerca do que *fomos*» (Lowenthal, 1994: 46). Uma razão porque a história assumiu um papel central nas definições da identidade nacional em Portugal está relacionada com uma constante característica do imaginário português: «a nossa razão de ser, a raiz de toda a esperança, era o *termos sido*» (Lourenço, 1978: 25). Uma vez que Portugal perde na competição da prosperidade económica com os países vizinhos, muitos portugueses sentem-se orgulhosos, não com aspectos da modernidade de Portugal mas sobretudo com a *era de ouro* do passado e com características relacionadas com memória, história nacional e tradição (Almeida, 2004a).

As histórias nacionais são reescritas constantemente e têm sido predominantemente empregues na identificação dos membros da colectividade, em oposição aos *estranhos de fora*<sup>2</sup>. Celebrar a consciência nacional e a memória colectiva<sup>3</sup> é uma maneira efectiva de estabelecer a fronteira que identifica os *membros* e os *estranhos* e de transcender as diferenças internas. Comemorar, estabelece a distinção entre aqueles que reconhecem o significado e o valor dos símbolos e aqueles que não reconhecem. Os eventos

---

<sup>2</sup> Elas contam a estória do *nosso* povo, com os *nossos* modos de vida e a *nossa* cultura. Herder adoptou este princípio no seu populismo cultural, particularmente na noção do *genius* da nação, que pode ser encontrado, por exemplo, na linguagem (*in* Hermet, 1996). De acordo com esta noção, toda a nação tem supostamente o seu próprio *genius*, modos de pensamento, actuação e comunicação. Este pode estar perdido ou submerso. Daqui que *nós* tenhamos o dever de redescobrir o autêntico *eu* colectivo através da filologia, história ou arqueologia. A nação devia encontrar as raízes da *nossa* autenticidade, do *nosso* destino histórico comum, e relacioná-lo com um suposto passado étnico. Daqui que, frequentemente, estereótipos de *raça* e de carácter são mobilizados, sob a cobertura de investigação científica, para explicar a unicidade da *nossa* nação, do *nosso* povo, da *nossa* cultura, supostamente a melhor de todas.

<sup>3</sup> De acordo com Paul Connerton «se existe algo como a memória social, ela poderá ser encontrada nas cerimónias comemorativas» (1989: 71). De muitas maneiras, os símbolos nacionais, hábitos e cerimónias, são, como observa Smith «os mais potentes e duráveis aspectos do nacionalismo (...) Todo o membro da comunidade participa na vida, emoções e virtudes dessa comunidade e, através delas, rededica-se - ele ou ela - ao seu destino. Ao articular e tornar tangível a ideologia do nacionalismo e os conceitos e simbolismo do cerimonial da nação ajuda a assegurar a continuidade da comunidade abstracta de história e destino» (Smith, 1991: 77-78).

comemorados ou as partes do passado que são celebradas exigem respeito, estando implícito um valor moral, sendo, geralmente, algo que aqueles que celebram consideram desejável. Durkheim sublinhou o papel dos rituais religiosos e nacionais: «é ao lançar o mesmo grito, pronunciar a mesma palavra, ou efectuar o mesmo gesto em relação a algum objecto que eles [os indivíduos] se tornam e se sentem em unísono» (*in* Guibernau, 1996: 27). As comemorações têm, portanto, uma dimensão religiosa, no sentido de que tais rituais contribuem para ordenar o mundo entre categorias de bom e mau. Mas de acordo com Connerton, as cerimónias comemorativas partilham uma característica, que as separa de outras categorias de ritos mais gerais. Esta característica tem a ver com o facto de estas cerimónias não implicarem simplesmente continuidade com o passado mas reinvidicarem explicitamente essa continuidade, constituindo assim rituais «de *reconstituição* [que têm uma] importância fundamental no moldar da memória da comunidade» (1989: 61).

A actividade das nações em se adorarem a elas próprias através dos seus passados tornou-se de tal maneira importante que «os seus locais e tempos sagrados transformaram-se no equivalente secular dos santuários e dias santos» (Gillis, 1994: 19). Como explica Schöpflin, «Uma sociedade sem memória é cega em relação ao seu presente e futuro, devido à inexistência de um quadro moral de referência no qual possa radicar as suas experiências» (2000: 74). É essa uma das razões que leva muitos Estados a envolverem-se em processos de mobilização do passado, adequando a sua narrativa aos desafios do presente. As nações não só renovam o interesse no seu passado e na mobilização das co-memórias em celebrações particulares, como também parecem prestar renovada atenção aos seus monumentos, aparentemente numa tentativa de ultrapassar o efémero<sup>4</sup>. Os líderes políticos parecem querer, com estes processos de comemoração, deixar impressões duradouras e mesmo imortalidade através de grandes construções, tais como o grande Centro Cultural que Portugal construiu por ocasião da primeira vez que o país assumiu a presidência da Comunidade Europeia em 1992, ou a Expo'98 para celebrar os *descobrimientos portugueses*, ou, noutras paragens a Pirâmide

---

<sup>4</sup> Os museus são cada vez mais uma atracção turística, em que o lucro se torna uma questão cada vez mais premente. Gimblett (1998) mostra como actualmente se desenvolve uma luta entre os museus e o turismo na produção de *herança*. Esta *herança* que ambos prometem, é, assim, vista não apenas como uma simples representação do passado, mas um modo de produção cultural que dá uma segunda vida a modos de vida, economias e locais moribundos.

de Paris, ou mesmo a Millennium Dome de Londres, apesar das suas vicissitudes, e muitos outros.

Nos dias de hoje, a ideia de que a história é uma «"construção do passado", servindo, também inevitavelmente objectivos políticos», no mínimo, latentes é crescentemente aceite (Hespanha, 1999: 9). Na História nacional há sempre diferentes histórias ou narrativas que podem ser contadas. Memórias ou valores comuns são frequentemente o resultado de um processo de luta, contestação e, nalguns casos, aniquilação. Se bem que uma importante função dos rituais esteja relacionada com a procura de um campo comum e de consenso, eles também expressam valores alternativos e contestados (Billig, 1995; Gillis, 1994; Spillman, 1997). A Nação é assim uma «relação social de poder e conhecimento» (Hall, 1997), pelo que a identidade nacional e as memórias do grupo, não são só o produto de consenso como também de divergência e reafirmação. As memórias colectivas são constantemente revistas de modo a adaptar-se às identidades correntes. Neste processo altamente selectivo, alguns momentos da história ancestral ocupam um lugar especial na memória colectiva: as *idades de ouro*. Enquanto esses momentos de ouro são relembrados e mobilizados, outros são esquecidos.

### **Modernidade, Exposições e Actualização do *Self***

Os indivíduos não são apenas cidadãos legais de uma nação. Uma nação é, também uma comunidade simbólica que cria alianças fortes – e, por vezes, patológicas – em redor de um ideal cultural, dum ideal de *modo de vida* e o papel dos museus, exposições e outros locais históricos no processo de construção do nosso sentido de identidade nacional e pertença a uma nação não pode ser menosprezado (Boswell & Evans, 2002). Apesar de inicialmente o Estado se ter envolvido relutantemente neste tipo de actividade, para Tony Bennet, não há dúvidas sobre a importância que entretanto assumiu. Na sua análise sobre o complexo exibicionário, muito influenciada por Foucault, reconhece que museus, galerias e exposições (mais intermitentes), «desempenharam um papel fulcral na formação do Estado moderno e são fundamentais para a concepção de, entre outras coisas, um conjunto de agências civilizadoras e educativas». (Bennet, 2002: 338).

Em muitos casos, as exposições internacionais conjugaram-se com celebrações nacionais – duas das mais distintivas invenções simbólicas da modernidade - para marcar a passagem do tempo nacional, inserindo-se assim nos ritmos simbólicos das histórias nacionais (Bennet, 1999). Em Portugal, quer a Exposição do Mundo Português de 1940, quer a Expo'98, se conjugaram com comemorações centenárias, não só para funcionar como relógios da nação, mas também para representar inventários simbólicos das realizações da nação. Nelas, o passado, o presente e o futuro são re-combinados. As glórias do passado são revisitadas de modo a servirem de exemplo para o presente e para o futuro. Quando os Estados comemoram ou organizam grandes eventos como a Expo'98 uma das metas mais importante parece ser também afirmar a coesão interna em redor de tais «projectos nacionais», sendo apresentados como «um empreendimento do conjunto da sociedade portuguesa, quer no plano das iniciativas, como no plano da fruição» (Programa Estratégico da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses: 12). Ambas as exposições reconstruíram o modo como os portugueses se vêem a si próprios e também como os portugueses vêem o mundo, reforçando os laços entre os portugueses por um modo semelhante de *viver no mundo* e, também, de *viver o mundo* (Renaud, 1998), revisitando o passado, o presente e o futuro da comunidade de história e de destino.

Desde as primeiras grandes exposições do século XIX, os Estados encararam estes eventos como instrumentos através dos quais podiam moldar normas gerais de comportamento social e instruir a população em novas formas de civilidade fornecendo ferramentas para os visitantes desempenharem os futuros papéis que lhes estão reservados. A forma da exposição internacional desenvolveu-se para providenciar um ambiente em que o visitante é convidado a levar a cabo um incessante processo de actualização e modernização do *self*. Os visitantes destes novos espaços públicos também poderiam praticar as novas formas de comportamento público requeridas pelas novas formas de vida urbana em que encontros com estranhos se tornaram uma experiência diária. A feira, antes o símbolo da desordem, passou a ser invocada como um local de regulação, de uma multidão ordenada, decente na sua conduta. A tecnologia da visão da exposição também evoluiu no sentido não de atomizar e dispersar a

multidão, mas no sentido da sua regulação, tornando-se visível a si própria e fazendo da própria multidão o espectáculo<sup>5</sup> (Bennet, 1995).

Neste sentido, os organizadores da Exposição de 1940 enfatizavam a «misteriosa comunhão de amor» e o carácter quase-religioso que notavam nos olhos e nos corações dos visitantes<sup>6</sup>. A Exposição do Mundo Português deveria fornecer, principalmente «uma digressão de amor», onde os portugueses podiam recuperar uma imagem de um Portugal que eles tinham esquecido mas que estava ainda dentro deles.

### **O Duplo Centenário e a Exposição do Mundo Português**

Celebrar a história nacional tornou-se uma parte importante de todas as agendas políticas em Portugal desde finais do século XIX<sup>7</sup>. O Estado Novo, em particular, fez uso da história nacional na reimaginação da comunidade nacional. Em 1940 Portugal celebrou um triplo centenário: a fundação (1140), a restauração da independência (1640) e o pico da expansão marítima (1540). No entanto, a ênfase foi colocada nos primeiros dois eventos e as celebrações ficaram conhecidas como o duplo centenário. Na visão do regime, «1140 explica 1640 como 1640 antecipa 1940». Para o novo regime salazarista esta era também uma oportunidade de mobilizar, na retórica dos discursos sobre a nação, temas que considerava importantes e de se celebrar a si próprio como responsável pela «restituição da nação à dignidade do seu prestígio e à grandeza dos seus destinos civilizadores» (Album *Portugal 1940*).

Os eventos de 1940, em vez de democraticamente organizados, foram, essencialmente, representações das ideologias da elite do Estado Novo em relação à nação pelo que os

---

<sup>5</sup> Mostrar e contar, regular a conduta dos visitantes passaram a ser objectivos importantes das exposições. Os teleféricos, os monocarris e as torres como a Torre Vasco da Gama oferecem aos visitantes pontos de onde se pode observar o comportamento dos outros visitantes. Incluindo os seus públicos como objecto das mostras, providenciam um contexto no qual a massa dos cidadãos mostra a si própria, sob a forma de prática de lazer, os códigos de civilidade pública. No caso da Expo'98, foram amplamente noticiadas algumas quebras desses códigos por parte de alguns visitantes mais *aventurosos*.

<sup>6</sup> Tony Bennet cita também um testemunho sobre 1851, impressionado com a ordem com que a multidão se comportava: «O Green Park e o Hyde Park eram uma densa massa de seres humanos muito entusiasmados e bem humorados. Nunca tinha visto assim o Hyde Park, cheio com uma multidão até perder de vista» (Bennet, 2002: 344-345).

<sup>7</sup> As celebração de Camões foram uma importante arma ideológica quando, no século XIX, os Republicanos e os Monárquicos se envolviam em conflitos sobre as definições de identidade nacional. (Freeland, 1996).



documentos que sobreviveram, ligados a estes eventos, expressam, principalmente, esta concepção dominante da nação. A razão para a ausência de vozes de contestação<sup>8</sup> está relacionada não apenas com a distância histórica, mas também com a natureza hegemónica do regime, que reprimiu qualquer oposição a estas visões dominantes da nação e do mundo.

O programa comemorativo teve um objectivo patriótico explícito e os organizadores nunca permitiram às suas audiências que o esquecessem. A exposição pretendia, acima de tudo, ensinar aos visitantes *como ser portugueses*:

«não é apenas conhecer a tradição e amar a imortalidade da nossa Raça: é também sentir o seu apêlo e confiar na sua voz que, do Passado, nos fala para nos ensinar o Presente. Não é apenas catalogar glórias: é partilhá-las e vivê-las. Não é somente louvar e admirar – é também crer. (...) Saber ser português é orgulho e ideal, é devoção e êxtase, é sacrifício e enlêvo. A lição da Exposição não pode ser outra» (Castro, 1940).

As celebrações eram vistas ao mesmo tempo como um acto de devoção patriótica aos antepassados e um «magnífico acto de fé (...) na nossa vitalidade e na capacidade realizadora dos portugueses, fé no futuro de Portugal e na continuidade da sua História (...) Estamos aqui precisamente por confiarmos nos valores eternos da Pátria», proclamou Salazar na cerimónia comemorativa da Fundação (Salazar, 1940). Nação era o valor supremo unificador da comunidade. O ano de 1940 foi apresentado como um ano sagrado da *família nacional*, pelo que todos tinham uma obrigação moral de participar<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Apesar da relativa unidade em torno do *projecto nacional* da Expo'98, neste caso foi possível identificar algumas vozes discordantes sobre o evento (Almeida, 2004a)

<sup>9</sup> Na Expo'98 e recentemente no Europeu de Futebol, as campanhas publicitárias também apelaram à união dos portugueses para o sucesso do evento, sobretudo ao nível da hospitalidade para com os turistas. Mas em 1940, o apelo era algo diferente. Carlos Malheiro Dias escrevia no Diário de Notícias a 16 de Maio de 1938 que «Todos os organismos culturais e económicos, como todas as forças vivas da Nação, pelo seu patriotismo, pelo seu espírito progressivo e pela sua disciplina, aceitaram com alvoroço tudo quanto vai servir para dar alento às energias do povo português e demonstrar ao Mundo o seu decidido propósito de se mostrar digno da gloriosa herança que recebeu» (*in* Programa Oficial das Comemorações Centenárias, 1940). Por isso todos deveriam participar, mesmo as multinacionais, como a Shell, «temos o dever sagrado de aplaudir, coadjuvar. Dando o melhor do nosso esforço para mostrar, a êsse mesmo mundo, que o nosso Torrão Natal não morre e que acompanhará sempre os outros Povos, na senda do progresso, mas com a obrigação moral de ao recordarmos a nossa história, pensarmos no que fomos, meditando no que somos e no que havemos de ser» (Carvalho, 1940). Spillman estudou e comparou eventos similares nos Estados Unidos e na Austrália, abordando estes rituais como sendo «mobilizados pelos "centros culturais" para convidar a participação de "periferias culturais"», em que os «centros culturais produzem e encorajam a comemoração ritual para e com as periferias culturais que são, por vezes, entusiásticas e outras vezes críticas e resistentes» (Spillman, 1997: 14-15). No Portugal de 1940 há poucos registos de tais periferias, e menos ainda de oposição ou de modos alternativos de definir a

Salazar revisitou o passado, o presente e o futuro, combinando ruptura com continuidade (Silveira, 1987). Afirmando a nação como uma entidade natural, o regime celebrava, ao mesmo tempo, tanto as elites do passado, que terão tornado Portugal grande, como os líderes de então, vistos como a garantia da grandeza presente e futura. A *Exposição do Mundo Português* de 1940 era o pico do «ano sagrado» e pretendia ser, nas palavras de Salazar, «uma síntese da nossa acção civilizadora, da nossa acção na História do Mundo, mostrando, por assim dizer, tôdas as pègadas e vestígios de Portugal no globo» (Folheto da Exposição do Mundo Português, 1940). Como Castro, o Comissário Geral da exposição descreveu no discurso inaugural, era a primeira vez no Mundo, que uma « [Civilização] se expõe, em imagens e símbolos». Aquela «Cidade de Ilusões» era supostamente «a imagem do facto dominante do nosso génio e glória: a universalidade, [que é] a síntese e explicação do nosso destino nacional» (Castro, 1940).

A exposição - cujo arquitecto principal, Cottinelli Telmo, era claramente influenciado pela teatralidade germânica e fascista (Fagundes, 1996) – procurava atingir o nível de outras exposições internacionais, ocupando 500 000 metros quadrados na parte ocidente de Lisboa, perto da Torre de Belém, de onde as naus e as caravelas teriam partido para as aventuras marítimas séculos antes, e do Mosteiro dos Jerónimos<sup>10</sup>. No centro da Exposição estava localizada a Praça do Império, uma das maiores praças da Europa de então. Como na Exposição Internacional de Lisboa em 1998, também em 1940, muitos dos edifícios foram planeados de modo a permanecer depois da exposição, «o que irá ajudar, por si, a perpetuar as festividades»<sup>11</sup>. Ao contrário da Expo'98, no entanto, a Exposição do Mundo Português foi concebida como essencialmente virada para o passado e para o interior da comunidade nacional.

---

identidade nacional, dada a natureza política do regime salazarista. A ditadura encarava a política como um mal que corrompia, pelo que deveria ser combatida «por todos os meios».

<sup>10</sup> O Mosteiro e o rio Tejo foram descritos como «a epopéia em pedra e o poema de prata dos Descobrimientos; o caminho que chamou Lisboa, e com ela Portugal, para o Mar, e a comemoração do apêlo, a afirmação da conquista do Oceano» (Programa Oficial das Comemorações Centenárias, 1940).

<sup>11</sup> Ambas as Exposições de 1940 e 1998, foram projectadas para permanecerem para além dos eventos para constituírem lembranças permanentes das retóricas das celebrações. A Praça do Império foi planeada para permanecer como «uma doca de sonho...» Era suposto que a exposição fosse «um exemplo e manifestação dos poderes permanentes e imortais da nossa raça» e não um museu de coisas mortas (Programa Oficial das Comemorações Centenárias, 1940).

Toda a exposição e os símbolos exibidos foram cuidadosamente planeados. Eles deviam contar a *nossa* história de modo a que os membros nacionais se pudessem identificar com eles, apresentando um passado glorioso e mostrando a promessa dum futuro glorioso que apenas o regime podia assegurar. A exposição foi composta por três secções principais. Por um lado, os pavilhões da *Fundação, Formação e Conquista, Descobrimientos, Colonização e dos Portugueses no Mundo* tinham como objectivo fornecer uma «lição de história ilustrada». Por outro lado, o modo de vida camponesa era idealizada nas secções sobre as *Aldeias Portuguesas*, apresentadas como «uma agradável síntese dos nossos costumes e arquitectura rural – um pequeno Portugal onde cabe toda a alma portuguesa» e na secção da *Vida Popular*, que mostrava «todos os produtos preciosos da arte do nosso povo». A *Secção Colonial* foi, não surpreendentemente, uma das principais secções, representando não só «a obra das Missões, tão notável como profícua, que levou a longínquos continentes a Fé e o nome de Portugal [evocada] com ternura e unção religiosa, como [também] as riquezas do solo do nosso Império Colonial e a caprichosa Arte indígena» (Folheto da Exposição do Mundo Português, 1940).

### **Progresso, Ruralidade e Espiritualidade**

As Exposições Internacionais desde 1851 têm estado frequentemente subordinadas ao tema do progresso<sup>12</sup>. Mas no Portugal de 1940, ao contrário de muitos países europeus, o que se valorizava era a espiritualidade e a ruralidade. Através da *política do espírito*, o que se valorizava era a simplicidade dos estilos de vida rurais o que explica a proeminência que a reconstrução de aldeias portuguesas teve na exposição de 1940. A cultura moderna, materialista, era contrastada com o estilo de vida dos camponeses portugueses, «com os seus costumes floridos e bordados (...) [Em Portugal] não encontrarão o louco odioso e rancoroso, mas um povo sorridente e generoso» (Ferro, 1937). Uma vez que o desenvolvimento e o progresso seriam, para o regime, as causas da anterior instabilidade social, a solução apontada pelo Estado Novo envolveu, pelo menos até aos anos de 1950, a viragem do país para o seu passado, optando

---

<sup>12</sup> Projectando uma linha entre tecnologias do passado, do presente e do futuro. À medida que as feiras mundiais caíram progressivamente sob influência do modernismo, a retórica do progresso tendeu a «ser traduzido numa posição utópica sobre o futuro», prometendo a iminente dissipação das tensões sociais assim que o progresso tivesse atingido o ponto onde os seus benefícios pudessem ser generalizados. (Bennet, 2002: 354-355). Neste sentido, a Expo'98 ao apelar *Venha Visitar o Futuro* anunciava o futuro da humanidade como sendo um grande *encontro de culturas*.

conscientemente pela não industrialização. A exposição de 1940 foi a celebração de tal estratégia (Ramos do Ó, 1987), representando o Portugal pacífico, camponês e espiritual. Como na Irlanda, em que um ethos tradicionalista, católico, rural e populista foi uma parte importante da vida pública (Hutchinson, 1987), também em Portugal, a riqueza espiritual, mais do que o progresso industrial, foi sublinhada pelo regime como a base do poder da nação.

### **O Império Moral e a Nação Multicontinental e Multirracial**

A grande influência de muitas Exposições Internacionais de finais do século XIX e do início do século XX consistia na sua articulação da retórica do progresso com a retórica do nacionalismo e do imperialismo. Num mundo em grande agitação, o regime e a ordem que ele supostamente assegurava eram apresentados como exemplos. A imagem da nação e do império como uma nação moral e um império moral foi construída e exibida. A natureza não-racista, humana e universal do império estava também representada nos livros escolares (Almeida, 2003b) como, por exemplo, a imagem de uma figura maternal da nação abraçando ambos os filhos, um negro e um branco. Apesar de Portugal ser concebido como um país *multicontinental* e *multirracial*, a homogeneidade da metrópole não reflectia tal diversidade, pois os *outros diferentes* permaneceram distantes. Por isso uma das principais *atrações* da Primeira Exposição Colonial e da Exposição do Mundo Português, tenha sido a reconstrução de aldeias indígenas das diferentes partes do império referidas no panfleto da exposição como um «maravilhoso cenário das nossas possessões ultramarinas com o realismo da presença dos seus nativos». Num relatório acerca da Primeira Exposição Colonial Portuguesa era dito que para muitos, a principal motivação para visitar a exposição era «vamos ver os pretos»<sup>13</sup> (O Livro da Primeira Exposição Colonial Portuguesa, 1934: 5). A presença ao vivo «dos pretos» representava os «milhões de súbditos, que educamos e civilizamos» (Agência Geral das Colónias, 1937: XVIII). Era a prova material da nossa «vocação missionária» de expandir a fé, através da qual os portugueses teriam trazido ao mundo «a luz da civilização cristã». A colonização e a civilização de *raças atrasadas* era descrita como uma «tendência racial» (Programa Oficial das Comemorações

---

<sup>13</sup> Durante trabalho de campo, um homem que tinha terminado a sua visita à Expo'98, confessou que esta particularidade da Exposição de 1940, que também tinha visitado, teve, para ele, um maior impacto do que qualquer outra coisa na Expo '98.

Centenárias, 1940) dos portugueses e as comemorações de 1940 foram também a celebração de tal «tendência racial», enquanto que se enfatizava que a dimensão espiritual lhe deu uma característica de que nenhum outro povo se podia orgulhar.

A Exposição de 1940 era destinada principalmente aos membros nacionais, mas tinha, também, como alvo a comunidade internacional. A paz em todo o *Mundo Português* era apresentada como um exemplo para o mundo. Para o regime, era importante também afirmar os *nostros* direitos históricos e espirituais ao império que era um império diferente dos outros. Era um império espiritual e *moral* e, portanto, um exemplo a ser seguido por outras potências coloniais ao mesmo tempo que era negada qualquer essência imperial ou racial ou espírito nacionalista de Portugal.

«O imperialismo português é muito diferente dos outros imperialismos europeus e isto por se absorver na preocupação altruísta da cristianização das raças atrasadas (...) [A expressão "Império Português"] corresponde ao imperativo da raça e representa apenas a nossa consciência que Portugal tem agora do seu destino histórico e do seu papel de principal defensor do património espiritual da Humanidade» (Azevedo, 1935).

Em 1939, em Nova York a soberania de Portugal sobre o império foi claramente expressa como algo «dogmático e inquestionável» (Ferro, 1939). Depois da guerra era mais uma vez afirmado que «o império é um todo indissolúvel, pelas afinidades espirituais e pela solidariedade dos interesses».

De acordo com o presidente Carmona, os portugueses estavam orgulhosos do facto de que durante a criação de três impérios - no oriente, no Brasil, e em África - «ocupámos [essas áreas], mas tão humanamente o fizemos e com um sentido tão vivo da personalidade humana que convizinhámos dos homens de outras civilizações, nunca levantando entre eles e nós qualquer barreira que significasse diferença deprimente. Disso nos têm acusado, mas (...) Tôda essa expansão extra-continental foi feita mais com o coração do que com a espada<sup>14</sup>» (*in* Programa Oficial das Comemorações Centenárias, 1940).

---

<sup>14</sup> O «Acto Colonial», que regulava constitucionalmente a actividade colonial, também postulava que tal actividade era sujeita aos «princípios que se integram na sua tradição humanitária e civilizadora» (Agência Geral das Colónias, 1937: XIX)

Colonialismo era uma parte fundamental do projecto político do regime salazarista. Como parte da sua legitimação, as anteriores noções de pureza de sangue<sup>15</sup> (Almeida, 2004a) foram substituídas por uma imagem de uma nação multirracial influenciada pelo lusotropicalismo<sup>16</sup> de Gilberto Freyre. Esta ideia irá permanecer como parte significativa do modo como o Estado Novo afirmava a identidade nacional, apesar do recurso a termos como *raça*, *raça civilizadora* ou *raças atrasadas*.

Nos finais do século XIX, o racismo científico guiava as mostras dos povos do mundo mesmo quanto à forma. As exposições do século XIX incluíam a organização de pavilhões nacionais numa hierarquia evolucionária de áreas raciais e a construção de aldeias ‘coloniais’ ou ‘nativas’ constituindo *mostras humanas* que eram comuns em exposições coloniais internacionais da altura. Esta prática correspondia a uma função normalizadora através da construção dum outro radicalmente diferente que servia para a edificação de um público nacional e a confirmação da sua superioridade imperial (Bennet, 2002; Gimblett, 1998; Greenhalg, 1988, 1989). Esta foi uma das características das primeiras exposições do século XIX que sobreviveram em muitas exposições do início do século XX e que influenciou também as formas de representação da nação do Estado Novo. No contexto do imperialismo europeu, o emprego da antropologia no *complexo exhibicionário*, desempenhou, segundo Tony Bennet, um papel fundamental «na construção de uma ordem das coisas e dos povos. Serviu para organizar os públicos - o conjunto de cidadãos brancos das potências imperialistas – numa unidade(...) construindo um ‘nós’ em oposição à alteridade primitiva dos povos conquistados»<sup>17</sup>. Ao mesmo tempo serviu para ligar as histórias das nações do Ocidente e outros povos, «separando os dois ao conceber uma continuidade interrompida na ordem dos povos e

---

<sup>15</sup> Muitos estudos de eugenia da primeira metade do século tentavam provar que os portugueses estavam isentos de sangue negro e que eram tão europeus como os seus vizinhos (Almeida 2004a).

<sup>16</sup> De acordo com esta teoria popularizada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1958, 1964), os portugueses experimentaram uma diferente história colonial, tendo sido capazes de criar uma *nova civilização* no Brasil, na Índia, Timor e África, baseada não apenas em valores cristãos mas em misturas raciais. Para discussão ver Almeida (2003a), Venâncio & Moreira (2000) e *Papastergiadis* (1997) entre outros.

<sup>17</sup> Apesar da retórica de muitos eventos continuar a ser uma visão utópica do mundo, os meios de representação usados em recentes exposições e o uso de tecnologias continuam a mostrar um mundo hierarquizado. Desta vez o mundo é visto como dividido entre os países estão na vanguarda dos desenvolvimentos tecnológicos - simbolizados pelo uso de tecnologias multimídia avançadas, como a Europa, a América do Norte, o Japão e a Austrália -; os que ainda não são modernos o suficiente para serem pós-modernos – que mostram artefactos como aconteceria num museu do século XIX, como a Rússia ou a China -; e aqueles que se baseiam apenas em performances ao vivo para exibir a sua cultura – que simbolizam o passado numa era pre-tecnológica em relação ao qual o nosso avanço é medido (Bennet, 1995).

raças – em que os “povos primitivos” caíram da história para ocupar uma zona limiar algures entre natureza e cultura» (Bennet, 2002: 350)<sup>18</sup>.

### **Mudança Social e (re)imaginação da Nação**

Embora o carácter moderno e desenvolvido da sociedade portuguesa do século XXI seja debatível, a mudança social rápida, sobretudo desde a década de 1960, transformou a sociedade tradicional, fechada, centrada em si própria, do regime salazarista. Apesar de Portugal estar ainda, nalguns indicadores, longe de alguns dos seus vizinhos europeus capitalistas e desenvolvidos, Portugal tornou-se uma sociedade pós-colonial depois da primeira revolução democrática moderna. Apesar de o processo de convergência com os seus vizinhos europeus ainda estar em curso (Barreto, 1997), o que surpreende muitos é a velocidade e a profundidade das mudanças sociais, políticas e económicas, que resultaram numa transformação das estruturas económicas de Portugal que são hoje muito similares às dos seus vizinhos europeus<sup>19</sup>.

Apesar deste novo Portugal ser feito de muitas vozes, o Estado continua a mobilizar símbolos e repertórios de identidade nacional apropriados à construção de uma imagem *positiva* que Eduardo Lourenço considerava, já em 1978, necessária, particularmente para «um povo sem problemas de identificação étnica e histórica, mas perturbado em profundidade pela questão da sua *identidade* e da sua *vocação* num mundo em acelerada e imprevista metamorfose» (1978: 129). A questão da identidade nacional tem assumido uma importância fundamental não só devido ao fim do projecto imperial mas também devido ao processo de integração europeia que parece ultrapassar o quadro europeu de Estado-nação forjado ao longo dos últimos dois séculos e que tem levado, nos últimos

---

<sup>18</sup> Na Centennial Exhibition em Philadelphia 1876, como noutras, os pavilhões eram organizados por grupos raciais: latinos, anglo-saxónicos, americanos, orientais... Aos negros e populações indígenas dos povos conquistados foi-lhes negado qualquer espaço autónomo, sendo representados como subordinados das potências imperiais. Exhibiam-se os povos não-brancos como objectos de uma lição de teoria da evolução. Já em 1889, em Paris tinha sido construída uma cidade colonial, habitada por povos asiáticos e africanos em aldeias nativas simuladas, funcionando como uma mostra da antropologia francesa o que, de resto, terá tido grande influência nos delegados ao X Congrès Internationale d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique. A retórica do progresso das relações entre estádios de produção transferiu-se para as relações entre raças e nações ao impor as associações da primeira na última. Os povos indígenas eram assim representados como ocupando os níveis mais baixos da civilização manufactureira. (Bennet, 2002)

<sup>19</sup> No entanto, durante este processo de mudança política e socio-económica, Portugal não passou por uma fase que outros países atravessaram: a transferência de população do sector agrícola para o sector industrial. No padrão de modernização e mudança nas modernas economias avançadas, esta é uma importante especificidade da sociedade portuguesa.

anos, em Portugal, a um importante processo de (re)imaginação da nação (Almeida, 2004b; Cruz, 1989).

### **O Quinto Centenário dos *Descobrimientos* e a Expo'98**

Durante mais de uma década, celebrar o quinto centenário dos *descobrimientos* foi uma prioridade política, via um grande programa de comemorações. No final da década de 1990, dois momentos principais foram celebrados: o quinto centenário da *descoberta do caminho marítimo para a Índia* em 1998 e a *descoberta do Brasil* em 2000. Em 1998 Portugal organizou uma grande exposição internacional como parte das celebrações. A ideia de uma exposição mundial em Lisboa emergiu da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses mas a exposição portuguesa acabaria por ter como tema geral «os oceanos – uma herança para o futuro»<sup>20</sup>. O Bureau Internacional das Exposições (BIE) aceitou a candidatura portuguesa em 1990 e em 1991 o governo português anunciou os objectivos da Expo'98 que incluíam a reafirmação de uma vocação nacional, a posição do país no contexto europeu, renovação urbana, comemoração dos *descobrimientos*, promoção turística, e estimulação económica (Gato, 1997). Em Lisboa'98, como noutras exposições, combinaram-se nas suas narrativas, *o tempo* da nação, *o tempo* da modernidade e *o tempo* da cidade<sup>21</sup> (Bennet, 1995).

Para o público da comunidade nacional, a Expo'98, como a Exposição de 1940, foi a afirmação de um projecto político comum, dando-lhe força enfatizando as memórias e experiências do passado. Na nova narrativa de modernidade, muitos dos repertórios mobilizados são semelhantes aos de 1940 o que mostra a sua persistência e importância no sentido de identidade nacional portuguesa, se bem que na actual reimaginação a nação, os significados simbólicos são diferentes, como a próxima tabela mostra.

---

<sup>20</sup> Em 1992, a Espanha organizou uma grande Exposição Universal para celebrar o quinto centenário da viagem de Colombo. O tema era, explicitamente, os *descubrimientos*. Em 1998 optou-se pela temática mais universal e politicamente correcta do Oceano e da defesa ecológica dos recursos marinhos.

<sup>21</sup> Seguindo o exemplo de outras exposições europeias, em 1940, o tempo nacional foi também combinado com o tempo imperial. A narrativa da cidade que esteve presente em 1940 (Pedreirinho, 1990), foi mais visível em 1998. A zona ribeirinha da Expo'98 veio transformar um solo improdutivo e esquecido de Lisboa numa futurística zona empresarial, residencial e de lazer que, segundo os organizadores, deixa Lisboa melhor preparada para a «saudável competição entre grandes pólos urbanos que parece desenhar-se como futuro para uma Europa em processo acelerado de unificação política, económica e, sobretudo, cultural» (Parque Expo'98, 1998b).



## Repertórios de Símbolos Mobilizados Durante as Exposições/Comemorações de 1940 e de 1998

Estado Novo	Regime Democrático
Deus, Nação, Família, Trabalho, Autoridade	Democracia, Liberdade
Ruralidade Valores Tradicionais e Modos de Vida Campestres	Modernidade Progresso, Desenvolvimento Económico
Unidade, Coesão	Unidade, Coesão
Reconhecimento Internacional	Integração Internacional
Universalismo Império; <i>Raça</i> Civilizadora; País Multicontinental e Multirracial	Universalismo União Europeia; CPLP Sociedade Cosmopolita, Diversidade Étnica e Cultural

Em ambas as exposições, Portugal apresenta-se ao mundo – e a si próprio. A exposição de 1998, sendo diferente do evento de 1940, rearticula, ao mesmo tempo, temas chave da exposição que o Estado Novo organizou. Portugal é apresentado como uma grande nação de grandes navegadores, cuja área de acção não é apenas Portugal ou a Europa mas a totalidade do globo pelo que lhe deverá ser reconhecido um papel especial no mundo. A exposição de 1998 moderniza assim os repertórios de símbolos para o *Portugal-na-Europa* do pós 1974.

Uma preocupação especial nas visões expressas ao vasto público nacional, foi o de apresentar um Portugal diferente daquele que foi representado na Exposição do Mundo Português em 1940. Os líderes não deixaram lugar para dúvidas e as diferenças foram claramente estabelecidas no discurso de abertura pelo Presidente da República, Jorge Sampaio:

«Portugal fez do mar, o caminho para se encontrar consigo próprio, com os outros, com o mundo (...) Portugal encontrou no 25 de Abril a democracia, um sentido de abertura e renovação (...) Encontrou-se de novo com o universalismo, abertura ao exterior, comunicação com os outros (...) na minha geração nós estávamos orgulhosamente sós. Hoje estamos orgulhosamente com os outros» (Jorge Sampaio, discurso inaugural da Expo'98).

A Expo'98 foi usada, lembrando a *era de ouro* das navegações portuguesas, para «ganhar consciência de que para progredir é necessário projectar-nos para fora e não

permanecer agarrados a um qualquer isolamento (José Torres Campos, *in* Parque Expo'98, 1998b). As celebrações e a Expo'98 foram recursos usados na (re)construção da nação, em que, desde 1974, Portugal tenta ultrapassar o longo período de atraso e isolamento das tendências e processos que caracterizaram o mundo moderno. No discurso das elites políticas, ambos os tempos históricos são constantemente contrastados e ambas as exposições de 1940 e 1998 foram apresentadas como símbolos dos respectivos regimes, pelo que as próprias exposições - celebrando a mesma história nacional - foram, também, claramente contrastadas. De acordo com os organizadores, a exposição *democrática* nada tinha a ver com a exposição de 1940 e outras «que se queriam profundamente didáticas e instrutivas, e que fixaram, da República ao Estado Novo, o conjunto de valores em que se formaram muitas gerações de portugueses e em que se conformou a imagem consensual do País divulgada no exterior» (Parque Expo'98, 1998a).

### **Renovação e *idades de ouro***

Como aconteceu durante a Revolução Liberal no século XIX quando a República substituiu a Monarquia ou durante o regime salazarista, o país é descrito e apresentado, pelos actuais líderes, como um Portugal novo. Desta vez, renovação significa democracia, abertura e desenvolvimento económico. Na reimaginação da nação nas Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e na Expo'98, *a idade de ouro* dos *descobrimentos* foi uma vez mais mobilizada. Mas agora para unir a comunidade nacional nos valores do universalismo, humanismo, cosmopolitismo e encontro de culturas e para mostrar o *nosso* desenvolvimento, os *nostros* valores democráticos, a *nostra* capacidade de fazer coisas. Para o Primeiro Ministro da altura, António Guterres

«este é um grande momento de afirmação do Portugal Europeu, moderno e coeso, virado para o progresso e para o futuro» e «revelando uma extraordinária capacidade de concepção, de projecto, de realização, apenas possível porque Portugal é uma economia desenvolvida (...) Nós superámos o velho Homem do Restelo<sup>22</sup> e provámos que, quando queremos, nós podemos ser tão bons ou melhores que os outros» (António Guterres, discurso inaugural da exposição).

Quando um novo comissário foi empossado na Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, o Primeiro Ministro António Guterres,

---

<sup>22</sup> O homem que na obra de Camões amaldiçoava as naus que partiam para as *descobertas*, abandonando a estabilidade do estilo de vida rural.

disse na cerimónia, que a identidade portuguesa foi construída não na alienação mas, pelo contrário, no contacto com povos e culturas de todo o mundo.

«os descobrimentos eram a única afirmação da nossa auto-estima, quando Portugal era um e país pobre e periférico (...) Os descobrimentos eram usados, noutros tempos para justificar a opressão de outros povos. Agora, Portugal - como membro da Comunidade Europeia e da CPLP, tendo algo a dizer na arquitectura internacional - pode celebrar os descobrimentos de outro modo, integrando-os na memória colectiva e nas relações de Portugal com o mundo» (Público, 2/2/1999).

Para os organizadores das comemorações, o passado de «pioneirismo transcivilizacional e de vanguardismo técnico» são tanto um exemplo como o presente «feito de paz, de estabilidade democrática e de tolerância e integração política, económica, social, cultural», fazendo Portugal do século XX «um lugar privilegiado para se viver, visitar, criar e fruir cultura, ou comerciar» e «um intérprete e uma ponte preferencial para os diálogos e contactos (...) entre a Europa e o Sul» (Oceanos, nº1, 1989).

A mobilização de alguns símbolos e valores durante as recentes comemorações, foi um instrumento útil para as elites na gestão de alguns desafios à comunidade nacional como a construção europeia ou o aumento de diversidade cultural. Foi um recurso usado para elevar a confiança, orgulho e consciência nacional, mas também um veículo para transmitir uma mensagem à comunidade internacional, como parte do processo de reimaginação da nova posição de Portugal no mundo.

Desde 1974, *liberdade e democracia* têm sido palavras-chave nos discursos políticos, e o regime salazarista é, frequentemente, encarado como uma *idade de trevas* do Portugal moderno<sup>23</sup>. Nos discursos inaugurais da Expo'98 ou nas mensagens oficiais, *universalismo* e *humanismo* foram também palavras-chave. Na mensagem oficial do Guia Oficial da Expo, Portugal foi descrito pelo Presidente Jorge Sampaio como «um país com uma história de muitos séculos, uma língua de muitos povos, uma cultura de muitos horizontes», pelo que poderia reivindicar um papel para o próximo século que será «o tempo da comunicação, da solidariedade, do diálogo entre civilizações, continentes, religiões, culturas, e povos» (Parque Expo'98, 1998b). No «ano de Portugal (...) um ano de portugueses mais orgulhosos em ser portugueses», a Expo'98 foi considerada pelo Primeiro Ministro a oportunidade para retomar «o processo de

---

<sup>23</sup> Tal como tinha sido a 1ª República para o Estado Novo.

comunhão entre diferentes povos e civilizações» (Parque Expo'98, 1998b). Uma nação que reclama uma posição no mundo deve falar em nome da universalidade enquanto protege os seus interesses particulares, numa combinação de tendências centrípetas particulares e tendências centrífugas universais. A *nossa* nação deve, portanto, ser imaginada com as suas particularidades mas deve também ser imaginada como uma nação entre outras nações. Neste aspecto, a *celebração familiar* de 1940 contrasta com o *encontro de culturas* de 1998.

### **Universalismo, Modernidade e *Encontro de Culturas***

O repertório de imagens e mitos representando os portugueses como os colonialistas mais humanistas, que já tinha sido mobilizado pelo Estado Novo para legitimar o império colonial, foi novamente reconstruído também pela sua utilidade na transição para uma sociedade pós-colonial. No processo de *reflexão* em relação ao seu passado colonial que se seguiu à descolonização, no qual as comemorações foram um importante instrumento, foi frequentemente reafirmado que «a ideia imperial [em Portugal] é, de certo modo, adventícia e de importação» (Luiz Thomaz *in* Diário de Notícias, 1992).

Na representação de Portugal na Expo'92, na Expo'98 ou nas comemorações dos *descobrimientos* portugueses, imagens particulares do passado foram mobilizadas para servir os propósitos de quem fala em nome da nação. Valores de cultura, da língua, da cooperação e comunicação têm sido apontados como um património permanente do passado que é mobilizado nestas ocasiões especiais em que se reafirma que «a dinâmica do Portugal de hoje é uma dinâmica de contacto por excelência, que reassume e reorganiza na contemporaneidade uma herança tão rica e tão pluralista» (Comissariado de Portugal para a Exposição Universal de Sevilha, 1992: 15-17)

Esta narrativa do contacto da Expo'92 foi repetida e aprofundada em Lisboa'98, celebrando um encontro entre a Europa e o Oriente, tornado possível através da viagem pioneira de Vasco da Gama, colocando-o no quadro dum diálogo civilizacional entre os dois hemisférios através dos séculos seguintes, sublinhando os modos como a Europa e o Oriente se transformaram em parceiros principais no diálogo planetário do século XXI (Oceanos, nº3, 1990).

O exemplo da Lisboa do passado - «um dos centros económicos e culturais mais importantes da Europa» -, permitiu combinar todas as imagens mobilizadas de contacto, tolerância, universalismo e cosmopolitismo. Uma cidade «aberta ao mundo, cosmopolita, [onde] se cruzavam todas as raças, culturas e hábitos. Gentes de todos os continentes. De todos os oceanos» (Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa, 1994). As campanhas publicitárias<sup>24</sup> televisivas combinavam precisamente o oceano como veículo para o encontro dos diversos povos. Esta herança de universalismo esteve também patente no pavilhão de Portugal em que se ofereceu uma nova perspectiva dos *descobrimientos* no fim do milénio. A atracção principal do Pavilhão português, que foi concebida para dar uma «sensação impressionante e inesquecível», era um filme de iconografia<sup>25</sup> animada baseado nos famosos *biombos Namban*<sup>26</sup> japoneses. Mas como a Comissária de Portugal na Expo'98 escreveu no Catálogo Oficial, o Pavilhão de Portugal deveria representar, não uma visão estilizada do passado dum povo, mas uma história de descoberta mútua (Parque Expo'98, 1998a).

## Conclusão

Neste paper foi estudado o papel de alguns eventos comemorativos enquanto recursos poderosos que os Estados usam na (re)formulação de repertórios de significado e valor, em que a narrativa nacional é (re)construída, mobilizando artefactos culturais e séries de imagens e de símbolos numa *idade de ouro* escolhida.

---

<sup>24</sup> Seguindo Tony Bennet (1995) é possível ver na parafernália publicitária as preocupações discursivas centrais até muito antes da abertura. Essas campanhas faziam eco da aspiração de que o mundo, sob a forma de turistas, viessem ver o “encontro de culturas” que representava a própria humanidade - uma representação de si própria

<sup>25</sup> O filme do pavilhão de Portugal, uma representação da herança através duma produção altamente sofisticada, exemplifica a estratégia de passar mensagens de modernidade em contraste com a herança que se mostra. Os repertórios simbólicos foram mobilizados usando novos meios tecnológicos que se enquadravam na nova narrativa de modernidade. Isto também estava de acordo com a nova tendência de Exposições deste tipo e mesmo em museus, em que os objectos são mostrados com filmes, projecções e efeitos especiais, dada a importância crescente da componente de lazer e de estimulação sensorial, representando uma mudança nos sistemas representacionais da modernidade na qual o campo da visibilidade se mudou para uma imagem abstracta e virtual (Ferreira, 1998; Renaud, 1998).

<sup>26</sup> A palavra *Namban* significa bárbaro, selvagem. O filme representava o encontro entre os portugueses e os japoneses em 1543 e transmitiu as formas como os japoneses viam os portugueses nesses primeiros encontros. Estas imagens de um «assombro recíproco» reflectiu o modo de representar os portugueses, indo de encontro ao contexto do *encontro de culturas*.

Vários símbolos são recorrentes em ambos os processos de reimaginação da nação estudados, como a histórica tradição marítima, a língua, as relações com povos de outras nações. Noutros temas, a narrativa da nação pode ser contrastada. A imagem que Salazar representou na Exposição de 1940 foi a imagem particular de Portugal com uma ênfase específica na moralidade, valores e modos de vida camponeses. A paz interna, a ordem e a dimensão rural e espiritual da nação foram apresentadas como exemplos para um mundo conturbado. Reivindicando ser responsável pelo renascimento nacional levado a cabo com base na recuperação da realidade espiritual da nação que estava perdida, o regime celebrou-se e legitimou-se a si próprio como o verdadeiro guardião da identidade nacional e como o garante da paz e da ordem.

Os desafios do presente ou as diferentes necessidades de cada geração mudam o carácter da memória do grupo e resultam numa constante reconstrução da identidade da comunidade, desenvolvendo novas tendências, reconstruindo os modos de encarar a sua história e o mundo. Em 1940 as *virtudes da raça civilizadora* eram celebradas, legitimando a natureza imperial do regime. Quando o novo ciclo de comemorações começou em 1986, apenas dez anos depois do colapso do império colonial, a metáfora do *encontro* substituiu o da *descoberta*. Portugal reconstruiu a sua memória colectiva de uma maneira que lhe permitiu, partilhá-la com o mundo Lusófono, o que representa parte importante da sociedade portuguesa pós-colonial (Hespanha, 1999). Um dos mais importantes desafios do Portugal pós-colonial, para além da integração europeia, é também a crescente diversidade cultural trazida por crescentes fluxos de imigração. Neste contexto, a mobilização de alguns conjuntos de significados e valores durante as recentes celebrações, esteve directamente relacionada com a sua utilidade na gestão de tal diversidade (re)construindo a visão da nação como multicultural, universalista, humanista e não-racista.

Estes eventos têm assim uma importância fundamental a dois níveis relacionados: reconstruir a comunidade de história e destino e ao mesmo tempo construir a imagem de um *cidadão ideal*, preparado-o – a ele e à comunidade - para os desafios do presente e futuro. A exposição moderna, apontando para o futuro e dando-lhe uma forma concreta, dá ao visitante os meios para praticar o futuro e para se *modernizar*, função que num contexto de aceleradas mudanças sociais, adquire uma importância redobrada.

## Bibliografia

- Agência Geral das Colónias (1937), *Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação*, Vol. I.
- Album «Portugal 1940»*. Comissão Executiva dos Centenários & S.P.N.
- Almeida, José Carlos (2004a) *Celebrar Portugal: A Nação, as Comemorações Públicas e as Políticas de Identidade*. Lisboa: Editora Piaget (no prelo).
- Almeida, José Carlos (2004b) “Portugal, o Atlântico e a Europa. A Identidade Nacional, a (re)imaginação da Nação e a Construção Europeia”. *Nação e Defesa*, Nº107, 2ª Série, pp. 147-172.
- Almeida, José Carlos (2003a), *National Identity, Colonialism and Youth. Lusotropicalism Revisited*. Research Seminar *Resituating Culture: Reflections on Diversity, Racism, Gender and Identity in the Context of Youth*. Budapeste, Council of Europe
- Almeida, José Carlos (2003b), *Nós e os Outros. A Escola, A Nação e as Políticas do Multiculturalismo. E-Book da Midterm Conference Europe 2003 Critical Education & Utopia. Emergent Perspectives for the 21st Century*. Lisboa, International Sociological Association
- Anderson, Benedict (1991), *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London, Verso.
- Azevedo, F. Alves (1935), “O Estado Novo e o Império”, *Portugal Colonial - Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português*, nº 50.
- Barreto, A. (1997), *Tempo de Mudança*. Lisboa, Relógio D'Água.
- Bennet, Tony (2002), “The Exhibitionary Complex” in D. Boswell & J. Evans (eds), *Representing the Nation: A reader*. London, Routledge & The Open University, 332-361
- Bennet, Tony (1995), *The Birth of the Museum. History, Theory, Politics*. London, Routledge.
- Billig, Michael (1995), *Banal Nationalism*. London, Sage Publications.
- Boswell, David & Evans, Jessica (2002) (eds.), *Representing the Nation: A reader*. London, Routledge & The Open University.
- Bruner, M. Lane (2002) *Strategies of Remembrance: The Rhetorical Dimensions of National Identity Construction*, University of South Carolina Press.

- Carvalho, Pereira de (1940), *Portugal 1140-1940*. Associação da Shell Company of Portugal, Ltd às Comemorações Centenárias.
- Castro, Augusto de (1940), *A Exposição do Mundo Português e a sua Finalidade Nacional*. Empresa Nacional de Publicidade.
- Coelho, João Nuno (2001), *Portugal – A Equipa de Todos Nós: Nacionalismo, Futebol e Media. A Reprodução da Nação nos Jornais Desportivos*. Porto, Edições Afrontamento.
- Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa (1994), *A Última Exposição do Século XX*.
- Comissariado de Portugal para a Exposição Universal de Sevilha (1992), *Portugal - A Formação de um País*.
- Connerton, Paul (1989) *How Societies Remember*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Cruz, M. B. (1989), "Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual. Relatório de Investigação.", in AA.VV., *Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual*. Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 75-132.
- Daehnhardt, Rainer (1994), "As Origens de Portugal e o Sentimento de Lusitanidade", in E. Amarante & R. Daehnhardt (eds.), *Portugal, a Missão que Falta Cumprir. Vol. I - Arquétipos e Mitos*. Porto, Edições Nova Acrópole, 83-90.
- Diário de Notícias (1992), *Descobrimientos. A Era de Vasco da Gama*.
- Fagundes, João (1996), "Obras Públicas - A Grande Fachada do «Estado Novo»" " in João Medina (ed.) *História de Portugal. Vol. XII: O «Estado Novo», I, O Ditador e a Ditadura*. Amadora, Clube Internacional do Livro.
- Fenton, Steve (2003), *Etnicity*. Cambridge, Polity Press.
- Ferreira, Claudino (1998), "A Exposição Mundial de Lisboa de 1998: Contextos de Produção de um Mega-Evento Cultural", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 51, 43-67.
- Ferro, António (1939), "Discurso de Inauguração do Pavilhão de Portugal" in *Portugal in New York World's Fair. The Official Book of the Portuguese Representation in the International Exhibition of New York 1939*.
- Ferro, António (1937), "Discurso de Inauguração do Pavilhão de Portugal" in *Guidebook Le Portugal à L'Exposition Internationale de Paris 1937*.
- Folheto da Exposição do Mundo Português* (1940).



- Freeland, Alan (1996), "The People and the Poet: Portuguese National Identity and the Camões Tercentenary (1880)" in C. Mare-Molinero & Angel Smith (eds.), *Nationalism and the Nation in the Iberian Peninsula. Competing and Conflicting Identities*. Oxford, Berg, 53-67.
- Freyre, Gilberto (1958), *Integração Portuguesa nos Trópicos*. Junta de Investigações do Ultramar.
- Freyre, Gilberto (1964), *Casa-Grande & Senzala*. 1º Tomo. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- Gato, Maria A. (1997), *Expo'98 - Uma Ocasão para Construir a Cidade*. Dissertação de Mestrado em Geografia e Planeamento Regional -Gestão do Território. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Gellner, Ernest (1983), *Nations and Nationalism*. Oxford, Blackwell.
- Gimblett, Barbara (1998), *Destination Culture. Tourism, Museums, and Heritage*. London, University of California Press.
- Gillis, John R. (1994), "Memory and Identity: The History of a Relationship" in John R. Gillis (ed.), *Commemorations. The Politics of National Identity*. Princeton, Princeton University Press, 3-24.
- Greenfeld, Liah (1992), *Nationalism. Five Roads to Modernity*. Cambridge, Harvard University Press.
- Greenhalgh, Paul (1988), *Ephemeral Vistas. The Exhibitions Universelles, Great Exhibitions and World's Fairs, 1851-1939*. Manchester, Manchester University Press.
- Greenhalgh, Paul (1989), "Education, Entertainment and Politics: Lessons from the Great International Exhibitions" in Peter Vergo (ed.), *The New Museology*. London, Reaktion Books, 74-98.
- Guibernau, Montserrat (1996), *Nationalisms. The Nation-State and Nationalism in the Twentieth Century*. Cambridge, Polity Press.
- Hall, Patrik (1997), "Nationalism and Historicity", *Nations and Nationalism*, 3 (1), 3-23.
- Hermet, Guy (1996), *História das Nações e do Nacionalismo na Europa*. Lisboa, Editorial Estampa.
- Hespanha, António M. (ed.) (1999), *Há 500 Anos. Balanço de Três Anos de Comemorações dos Descobrimentos Portugueses 1996-1998*. Lisboa, Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

- Hobsbawm, Eric (1983), "Introduction: Inventing Traditions", in E. Hobsbawm & T. Ranger (eds.), *The Invention of Tradition*. Cambridge, Cambridge University Press, 1-14.
- Houlihan, Barrie (1997), "Sport, national Identity and Public Policy", *Nations and Nationalism*, 3 (1), 113-137.
- Hutchinson, John (1994), *Modern Nationalism*. London, Fontana Press.
- Hutchinson, John (1987), *The Dynamics of Cultural Nationalism. The Gaelic Revival and the Creation of the Irish Nation State*. London, Allen & Unwin.
- Jenkins, Richard (1995), "Nations and Nationalisms: Towards more open models", *Nations and Nationalism*, 1 (3), 369-390.
- Lourenço, Eduardo (1978), *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Lowenthal, David (1994), "Identity, Heritage, and History" in John R. Gillis (ed.), *Commemorations. The Politics of National Identity*. Princeton, Princeton University Press, 41-57.
- May, Stephen (2001), *Language and Minority Rights: Ethnicity, Nationalism and the Politics of Language*. London, Longman.
- McCrome, David (1998), *The sociology of Nationalism. Tomorrow's Ancestors*. London, Routledge.
- O Livro da Primeira Exposição Colonial Portuguesa* (1934).
- Papastergiadis, Nikos (1997), "Tracing Hybridity in Theory ", in P. Werbner & T. Modood (eds.), *Debatinbg Cultural Hybridity. Multi-Cultural Identities and the Politics of Anti-Racism*. London, Zed Books, 257-281.
- Parekh, Bhikhu (1995), "The Concept of National Identity", *New Community*, 21(2), 255-268.
- Parque Expo'98 (1998a), *Catálogo Oficial do Pavilhão de Portugal*.
- Parque Expo'98 (1998b), *Guia Oficial da Expo '98*.
- Pedreirinho, José M. (1990), "Exposição Histórica do Mundo Português, a Metáfora da Cidade", *História*, nº 132, 4-27.
- Programa Estratégico da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*.
- Programa Oficial das Comemorações Centenárias* (1940).

- Ramos do Ó, Jorge M. (1987), "Modernidade e Tradição. Algumas Reflexões em torno da Exposição do Mundo Português, in AA.VV., *O Estado Novo. Das Origens ao fim da Autarcia 1926-1959*. Vol. II. Lisboa, Fragmentos, 177-185.
- Renan, Ernest (1990, original 1882), "What is a nation?", in H. K. Bhabha (ed.), *Nation and Narration*. London, Routledge, 8-22.
- Renaud, Michel (1998), "O que é uma Exposição? Análise Semântica e Filosófica.", *Brotéria*, nº 146, 251-272.
- Salazar, Oliveira (1940), "Discurso no Castelo de Guimarães", in *1940 - Album Comemorativo*. Fundação Festas de Guimarães.
- Schöpflin, George (2000), *Nations, Identity, Power. The New Politics of Europe*. London, Hurst & Company.
- Silveira, Paula (1987), "Os Valores do Quotidiano no Estado Novo: Rupturas ou Continuidade?", in AA.VV., *O Estado Novo. Das Origens ao fim da Autarcia 1926-1959*. Vol. II. Lisboa, Fragmentos, 303-320.
- Smith, Anthony D. (1991), *National Identity*. London, Penguin Books.
- Spillman, Lyn (1997), *Nation and Commemoration. Creating National Identities in the United States and Australia*. Cambridge. Cambridge University Press.
- Venâncio, J. C. & Moreira, A. (2000), *Luso-Tropicalismo. Uma Teoria Social em Questão*, Lisboa, Vega.